MANIFESTO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA apresenta-se como cerne impulsor do desenvolvimento da sociedade e, consequentemente, como transformadora de realidades. A pesquisa, o ensino e a extensão são meios emancipatórios que possibilitam confrontar as opressões e as desigualdades na construção de uma sociedade democrática e igualitária que promova o bem viver de sua população. A produção de conhecimento e a crítica devem acontecer em um ambiente no qual a autonomia e a liberdade de expressão sejam garantidas e haja primazia pelo bem-comum, inclusão social, promoção e efetivação de direitos humanos e sociais. Sendo assim, a luta em defesa da soberania nacional, na produção e preservação de saberes nas universidades públicas brasileiras implica em luta por cidadania, equidade e justiça social e por investimentos sociais, científicos, culturais, econômicos e políticos orientados para o desenvolvimento democrático brasileiro.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA não deve ser reduzida a uma ordem econômica orientada pelo interesse do capital financeiro de uma minoria hegemônica. O projeto neoliberal em curso visa transformar a produção de conhecimento crítico em uma formação mecânica e tecnicista, orientada somente à produção de força de trabalho e à reprodução da estratificação social. Faz-se mais que necessário entender a educação como investimento social prioritário do Estado e não como gasto público. É essa a disputa que estamos vivenciando. Portanto, precisamos unir forças para uma luta coletiva, que engloba os diferentes sujeitos do ambiente acadêmico: estudantes, servidoras/es (professoras/es e técnico-administrativos), terceirizadas/os, entidades representativas, agências de fomento e a sociedade como um todo. Juntos, nós representamos a força coletiva para a luta por uma universidade pública, gratuita, laica, autônoma e de qualidade. Esse Manifesto fundamenta-se na garantia da soberania nacional, a partir da defesa das UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, em nível nacional, e em defesa da Universidade de Brasília, no âmbito do Distrito Federal.

A educação, tanto básica quanto superior, vem sendo alvo de um projeto político de desmonte, expresso essencialmente pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 15 de dezembro de 2016, que determina que a despesa primária fique congelada por 20 anos. Isto é, nesse período, seu investimento financeiro será atualizado apenas pela inflação a cada ano. Significa que, mesmo que as receitas cresçam acima da inflação, a despesa não poderá ser ampliada. Em outros termos, a EC 95 impede que o aumento da renda e das receitas públicas reverta em ampliação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social.

Em 2017, o investimento mínimo em educação era de 18% da receita de impostos. Com o congelamento do valor mínimo da educação pela EC 95, estima-se que no mínimo em vinte (20) anos, isto é, em 2036, será reduzido para 13,7% das receitas fiscais. No caso das políticas de saúde, o congelamento implica que o investimento mínimo obrigatório passará de 15% da receita corrente líquida para 10% da receita corrente líquida nesse mesmo período de tempo. Mas os efeitos também são sentidos no curto prazo.

As despesas discricionárias (passíveis de contingenciamento) já estão em forte queda devido às ações de política econômica em curso. Comparadas aos preços de 2017 (descontada a inflação), as dotações orçamentárias do Ministério da Educação (MEC), relativas às despesas discricionárias, caíram 55% entre 2014 e 2018, passando de R$ 49 bilhões para R$ 22 bilhões.

Os reflexos são imediatos sobre, por exemplo, a Universidade de Brasília. Na Instituição, as despesas de investimento caíram 31% em termos reais entre 2014 e 2018, reduzindo de de R$ 39,6 milhões para R$ 27,3 milhões. E as despesas de manutenção da UnB - que abarcam investimentos para o funcionamento da universidade e custeio das atividades internas - caíram 61% entre 2014 e 2018, passando de R$ 568 milhões para R$ 219,5 milhões[1].

Para o ano de 2019, ainda não estão disponíveis os dados desagregados por unidade orçamentária. No entanto, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, encaminhado ao Congresso Nacional, prevê queda nominal de 24% no total das despesas discricionárias. Segundo previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA), a despesa em 2018 já alcançou o teto estabelecido pela EC 95. Com isso, os efeitos de curto prazo já são sentidos pela UnB, especialmente nas despesas de manutenção e investimentos. Para 2019, conforme disposto, a queda será ainda maior.

Portanto, a EC 95, entre suas consequências fundamentais, implica restrições estruturais ao funcionamento das UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, com implicações profundas já nos seus primeiros anos de vigência. Mesmo que a universidade gere receitas próprias, não poderá utilizá-las, pois está e permanecerá limitada pelo congelamento de sua despesa pelos próximos vinte anos.

Esse desmonte fomentado pelo Governo Federal revela-se também na redução de 20% do orçamento total do Ministério de Ciência e Tecnologia entre 2017 e 2018; no estancamento de investimento em pesquisa e desenvolvimento que segue a margem de 1,2% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB) há 3 anos; na redução de bolsas de mestrado e doutorado, de 1,3 bilhão para 1,1 bilhão; no fim do programa Ciência Sem Fronteiras/CNPq, com a redução de bolsas fornecidas no exterior para estudantes brasileiras/os de 18,4 mil, em 2014, para 1,9 mil, em 2017; e na redução do apoio à pesquisa (a partir do financiamento de projetos científicos) de 631 milhões de reais para pouco mais de 1 milhão.

Sendo assim, em 2016, após o golpe jurídico, parlamentar e midiático contra a então Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, a opção de investimentos econômicos a serviço do capital financeiro tem afetado diretamente a vida da comunidade universitária e da sociedade brasileira, em um projeto político que não favorece a soberania nacional e contraria os avanços sociais duramente conquistados no Brasil.

Nos últimos 15 anos, as UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS vivenciaram processos de democratização de acesso e ampliação, o que permitiu o ingresso de grupos sociais historicamente alijados da formação superior. A UnB foi uma das primeiras universidades públicas a adotar políticas afirmativas ao realizar o primeiro vestibular com reserva de vagas para negras/os em 2004. Nos anos seguintes, observou-se uma expansão de políticas como essa para outras universidades brasileiras. Essa expansão foi fortalecida, a nível federal, pela aprovação da Lei nº 12.711/12, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, as quais definiram a garantia da reserva de 50% das matrículas por curso e turno de universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a estudantes oriundas/os integralmente do ensino médio público, de cursos regulares ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

[1] No caso da UnB, para 2014, utiliza-se a despesa empenhada. Para 2018, considera-se os valores da Lei Orçamentária Anual excluídos os valores bloqueados ou contingenciados.

Outra iniciativa que reforçou o acesso e a permanência desses grupos sociais no ensino superior foi a Política de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituída pelo Decreto nº 6.096/07. O REUNI possibilitou, entre outras, a expansão de cursos de graduação, especialmente no período noturno, com maior acesso de trabalhadoras/es; e a ampliação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que desde então se tornou central para acompanhar os processos de expansão e possibilidade de permanência de estudantes de baixa renda na universidade.

A democratização e a ampliação das UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS vão ao encontro de seu caráter público, gratuito e inclusivo, o que representa mudanças significativas. Atualmente, de acordo com levantamento coordenado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), dois terços das/os estudantes de instituições federais de ensino superior têm renda familiar de 1,5 salário mínimo e o número de estudantes negra/os triplicou entre 2003 e 2014. Assim, a democratização do acesso e políticas com foco na permanência condizem com o propósito das universidades públicas de transformação de realidades e produção de saberes identitários brasileiros, em um projeto de construção de equidade, justiça social e soberania nacional.

No entanto, a despeito dos direitos conquistados e dos dispositivos legais para sua efetivação, o que vem ocorrendo nas universidades públicas é o ataque à garantia desses direitos, com drástica redução em investimentos educacionais e assistenciais, que passam a ser definidos como gastos, ou seja, oneram os cofres públicos, fundamentados pela execução da EC 95, conforme apresentado anteriormente.

A situação das universidades federais é gravíssima. Instituições como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) passaram recentemente por processo de greve devido à falta de pagamentos de salários das/os professoras/es. As Universidades Federal de Mato Grosso (UFMT), Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Federal da Grande Dourados (UFGD) são exemplos de universidades públicas que, assim como a UnB, enfrentam debates e mobilizações, inclusive com indicativo de greve, decorrentes das dificuldades geradas pelos cortes orçamentários, que afetam rápida e principalmente a assistência estudantil e o salários das/os trabalhadoras/es e demissões.

Outra importante questão que tem comprometido a permanência das/os estudantes nas UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS é o processo crescente de terceirização de serviços que deveriam ser acessíveis às/aos estudantes. Os restaurantes universitários vêm sendo privatizados em escala nacional. O impacto é diretamente sentido por estudantes que não possuem condições para pagar valores altos pela alimentação. Por exemplo, desde o dia 22 de abril de 2018, os estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) deflagraram greve quando a reitoria anunciou um aumento das refeições de 1000% (de R$ 1,00 para R$ 11,00). Mas este não é um caso isolado. Em 2018, o valor da refeição da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) aumentou em 233%; o da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 50%; e, em dezembro de 2017, a Universidade de Brasília anunciou o aumento de 160% (de R$ 2,50 para R$ 6,00), ainda não aprovado, devido à mobilização e à resistência estudantil. As articulações do movimento estudantil na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) impediram o aumento do restaurante universitário de 122%.

É necessário que a construção de um projeto de país para o desenvolvimento democrático esteja articulada com a realidade local. Há que se considerar o território no qual as universidades públicas estão inseridas e seu papel comunitário. No entanto, notoriamente os projetos de ensino, pesquisa e extensão, alinhados com os interesses comunitários, não são priorizados: recebem menor financiamento e são os primeiros a sofrer cortes. Os campi da UnB localizados em Planaltina, Gama e Ceilândia, unidades descentralizadas de ensino, cuja produção de saberes está integrada às comunidades locais e de resistência, por exemplo, são reflexo da privação de investimentos.

Outro dado recente, divulgado pelo Ministério da Educação, anuncia cortes de bolsas do Programa Bolsa-Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, limitando a oferta a apenas 800 bolsas para todo o Brasil[2], o que pode afetar diretamente estudantes advindos de comunidades tradicionais que representam um número expressivo do corpo discente da Faculdade UnB-Planaltina (FUP) em comparação a outros locais.

A situação alarmante vivenciada pela UnB tem relação direta com a situação do Distrito Federal (DF), que, além de apresentar cada vez mais privatizações nos setores de saúde[3] - incluindo o Hospital Universitário de Brasília (HUB); ocupa lugar de destaque no cenário nacional de privatizações da educação.

Se no Brasil há uma média de 74% de matrículas no ensino superior privado, no DF este valor sobe para 84%[4], ou seja, há uma concentração inegável nesse setor. Vale lembrar que o Plano Distrital de Educação do DF (PDE/2015-2024) sofreu riscos de veto pelo atual governador Rodrigo Rollemberg, em especial em sua meta 12, a qual se destina à ampliação para 65% da taxa de matrícula bruta para o ensino superior até o final do período de vigência do Plano. Se seguido como deveria, o referido PDE contribuiria para a ampliação da oferta de educação pública no Distrito Federal, contribuindo para a democratização de seu ensino. Mas a realidade distrital se apresenta cada vez distante desse compromisso.

Dessa forma, vivenciamos uma sequência de ameaças diretas que objetivam a intensificação e a ampliação das privatizações. Especificamente em relação à UnB, destacam-se:

- Aprovação de uma resolução que institui o Programa Parceiros da UnB, que permite doações[5] em espécie, de bens móveis e imóveis, entre outros, de pessoas físicas e jurídica. Essa resolução, aprovada em 17 de maio de 2018, na 380ª reunião do Conselho de Administração (CAD) da UnB, representa um risco à autonomia universitária, em que se pese o interesse econômico das empresas doadoras sobre a universidade;
- Demissões de mais de 400 trabalhadoras/es terceirizados (um dos segmentos mais precarizados do mercado de trabalho);

---

[2] Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/06/governo-temer-corta-bolsa-para-estudantes-indigenas-e-quilombolas.shtml

[3] O Hospital de Base passou a ser administrado por um instituto que está desvinculado da Secretaria de Saúde do DF e o Hospital Materno Infantil de Brasília passa por processo semelhante.

[4] Fonte: Plano Distrital de Educação 2015-2024, disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde_15_24.pdf

[5] Há lei sancionada que legaliza a prática de doações para as Universidades, 13.490/2017.
Fontes: https://www.noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2270-cad-aprova-novo-plano-de-desenvolvimento-institucional e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13490.htm

- Cancelamentos dos contratos de cerca de 70% das/os estagiárias/os;
- Intenções de elevação dos valores das refeições do Restaurante Universitário em 160%;
- Congelamento dos recursos do Programa de Assistência Estudantil, com prejuízos à permanência de estudantes de baixa renda[6].

Sabe-se, como exposto, que essas são consequências iniciais do desmonte objetivado pelo governo em exercício e que, diante do teto de gastos públicos e redução orçamentária, a UnB poderá realizar novos e severos cortes que afetem ainda mais as políticas afirmativas e de assistência estudantil implementadas.

Neste contexto, as questões de saúde mental da comunidade universitária adquirem relevância. Uma pesquisa[7] realizada pela Associação de Pós-Graduandos (APG) Ieda Delgado da UnB, em janeiro de 2018, revela a intensificação do adoecimento de estudantes da pós-graduação em Brasília. A taxa de estudantes que pensa em suicídio entre todos os dias e uma semana é de 9,83%. Além disso, 30% se sentem desmotivados por falta de bolsa, estrutura e investimento.

Diante desta política arbitrária, excludente e adoecedora em diferentes níveis, no Distrito Federal, a Faculdade UnB-Planaltina (FUP) deflagrou greve no fim de abril de 2018. A mobilização ocorreu também no C*ampi* Darcy Ribeiro, com a greve das/os técnicas/s e terceirizadas/s da UnB e, em sequência, a Greve Geral dos Estudantes, no início de maio de 2018.

Como continuidade da agenda de mobilizações, CONTRA O DESMONTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, convidamos estudantes e servidoras/es (professoras/es e técnico-administrativas/os), entidades representativas, agências de fomento e a sociedade em sua totalidade para CONTINUAR EM LUTA PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, GRATUITAS, LAICAS, AUTÔNOMAS, DE QUALIDADE E REFERENCIADAS SOCIALMENTE EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL. Sendo assim:

Em nível nacional, em conformidade com diretrizes da Carta de Belo Horizonte, aprovada na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) promovida pelo Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), em 26 de maio de 2018, **nos manifestamos e lutamos:**

1. Pela instalação de um fórum nacional permanente para articulação e organização em defesa das universidades públicas;
2. Pelo fim do congelamento dos investimentos em áreas sociais, conforme imposto pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, com a sua imediata revogação e a destinação de 10% do PIB e dos recursos do pré-sal para a educação pública;
3. Pela exigência de qualidade tanto no ensino à distância quanto nos cursos de curta duração, que impeça tentativas de tratar a educação como mercadoria; e, também, contra a autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde e de formação de professores, ministrado totalmente na modalidade Educação a Distância (EaD);

[6] Destaca-se que no primeiro semestre de 2018, cerca de 1.750 estudantes, somente da graduação, recorreram ao Programa de Assistência Estudantil, porém o número de vagas não chega a 10% da demanda.
[7] Fonte: http://www.anpg.org.br/apg-da-unb-faz-pesquisa-sobre-adoecimento-na-pos-graduacao/

4. Pela escola democrática e autônoma, como espaço de liberdade e pensamento crítico de profissionais da educação, de famílias, de comunidades escolares e de estudantes e contra organizações e grupos fascistas como 'Escola Sem Partido' e suas correlatas 'Leis da Mordaça";
5. Contra os cortes orçamentários, os contingenciamentos, os bloqueios e o sucateamento das Universidades e Institutos Federais e contra quaisquer ataques do poder político e do poder judiciário em relação à Autonomia Universitária;
6. Pela inclusão de temas sociais na formação curricular do ensino básico ao superior, como a discussão de gênero, identidade de gênero e raça;
7. Contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Terceirização e todos os ataques aos direitos trabalhistas;
8. Pela continuidade, ampliação e fortalecimento de ações e políticas que digam respeito às especificidades da educação do e no campo, quilombola, especial, indígena, de pessoas em situação de itinerância, de jovens, adultas/os e idosas/os, de pessoas LGBTI+ e educação nas prisões; e que propiciem emancipação social e política desses grupos historicamente excluídos do acesso à educação.
9. Pelo aumento nos recursos do PNAES para garantia da permanência de todas/os as/os estudantes por meio de Bolsas-Permanências e/ou outros programas de assistência estudantil, principalmente às/aos estudantes cotistas; advindos de escolas públicas; com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; estudantes indígenas e quilombolas.

Em nível distrital, no âmbito da Universidade de Brasília, nos manifestamos e lutamos:

1. Pela ampliação de diálogo, organização e mobilização em defesa da Universidade de Brasília, em articulação com o Fórum Distrital de Educação;
2. Pela efetivação imediata do Conselho Comunitário da Universidade de Brasília, conforme Resolução do Conselho Universitário nº 22/2018, e com todas as representações indicadas, para articulação, organização e acompanhamento em defesa da Universidade de Brasília;
3. Pela garantia da continuidade e ampliação das políticas afirmativas e de assistência estudantil existentes na UnB;
4. Pela criação, fortalecimento e ampliação dos espaços de cuidado em saúde mental para toda a comunidade universitária, bem como a ampliação da oferta do Atendimento Psicológico;
5. Pelo não aumento dos valores das refeições no Restaurante Universitário, mantendo a taxa de R$ 2,50 para o conjunto da comunidade universitária;
6. Pela revogação da resolução do CAD que permite doações de pessoas físicas e jurídicas à Universidade de Brasília;
7. Pela oferta de Assistência Jurídica às trabalhadoras/os, com vistas à assistência às demissões ocorridas em 2018 e em outros períodos; e pela readmissão de todas/os as/os trabalhadoras/es terceirizadas/os e estagiárias/os demitidas/os no ano de 2018 na Universidade de Brasília.

Brasília, junho de 2018,

Comitê de Mobilização da Universidade de Brasília.